



Boletim COPEMA

Agenda COPEMA

- Reunião com SEGES, INMETRO e MMA sobre a ISO 26000 e A3P. Reunião dia 10/05 na SEGES/MT;
- Reunião com o Secretário de Mudanças Climáticas e equipe sobre o Plano Setorial de Mudanças do Clima para o setor transportes. Reunião dia 10/05 na Secretaria de Mudanças Climáticas do MMA;
- Reunião com entidades vinculadas e MMA sobre o Plano Setorial de Mudanças do Clima para o Setor Transportes. Reunião dias 11,17 e 23/05 na SPNT/MT;
- Reunião com SEGES, DNIT e IBAMA sobre o licenciamento da hidrovia do São Francisco. Reunião dia 13/05 no IBAMA;
- Reunião com SEGES, DNIT, AHSUL e IBAMA sobre o licenciamento da hidrovia da Lagoa Mirim. Reunião dia 13/05 no IBAMA;
- Reunião com entidades vinculadas, MMA e ICMBIO sobre a ampliação da REBIO União no trecho da BR 101-RJ. Reunião dias 13 e 31/05 na SE/MT;
- Reunião de governo preparatória para a reunião do CONAMA. Reunião dia 20/05;
- Reunião com o MMA e o BID sobre o Plano Setorial de Mudanças do Clima para o Setor Transportes. Reunião dia 23/05 no MMA;
- Reunião com o MMA, MCidades, MS, MDIC e MME sobre os planos setoriais de mudanças do clima visando a inclusão no PNMC. Reunião dia 25/05 na Casa Civil;
- 102ª Reunião Ordinária do CONAMA. Reunião dias 25 e 26/05 no MMA.



Hidrovia Paraguai-Paraná

Você sabe o que é o Plano de Mudanças Climáticas para o Setor Transportes?

O Plano de Mudanças Climáticas do Setor Transportes, elaborado e coordenado pelo MT, com participação de suas secretarias e agências vinculadas, é instrumento que auxiliará a reavaliação periódica do Plano Nacional de Mudanças do Clima. Estabelecido pelo Decreto 7.390 de 2010, de acordo com a lei 12.187 de 2009, o referido plano setorial englobará o transporte regional e urbano, sendo o último coordenado pelo Ministério das Cidades.

Serão abordadas, no plano setorial, estratégias de mitigação e adaptação do setor transportes às mudanças climáticas, tendo sido estabelecida a data de 15 de dezembro de 2011 para sua conclusão. Para isso, foi definido cronograma de trabalho com reuniões quinzenais, envolvendo diferentes setores do Ministério. Haverá metas de redução de emissões do setor até 2020, apresentadas com intervalo máximo de três anos. Em segundo momento, o plano deverá "dialogar" com

outros níveis de governo, possibilitando interação com os planos estaduais.

O plano do setor transportes terá como bases o Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT) e o 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários. O inventário, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), é diagnóstico acerca da quantidade de gases de efeito estufa emitida pelo setor rodoviário, recurso fundamental para identificar a evolução dos esforços de mitigação e para aprimorar projetos de preservação da qualidade do ar. O PNLT é plano de Estado que visa à multimodalidade e à racionalidade da malha viária, por meio do qual se incentiva maior balanceamento da matriz de transportes, com modais mais econômicos e ambientalmente corretos.



BR-101

A elaboração do plano setorial deverá estar coerente com a segunda comunicação nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, disponível no sítio do Ministério da Ciência e Tecnologia. Por meio dessa iniciativa, o setor transportes contribui de forma significativa para que o país cumpra a meta, voluntariamente estabelecidas pelo país, de reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões projetadas para 2020 e para que se reduzam os efeitos do aquecimento global.

Revisão da Resolução CONAMA nº 344

A Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental – CTCQA do CONAMA constituiu grupo de trabalho para revisar e atualizar a Resolução CONAMA nº 344, de 25 de março de 2004, que estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras.

Para a revisão e atualização da norma vigente, o grupo de trabalho criará dois subgrupos que irão atuar em paralelo, mas sob coordenação única. Um grupo tratará das propostas em relação às águas costeiras (marinhas e estuarinas) e o outro sobre águas interiores continentais, a fim de considerar as particularidades de cada tipo de dragagem.

O Ministério dos Transportes participará do grupo por meio de representantes

de suas secretarias e entidades vinculadas, DNIT, ANTAQ e administrações hidroviárias. A relatoria será dividida entre o Ministério dos Transportes e a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, sendo que o Ministério do Meio Ambiente se encarregará da coordenação e do suporte técnico necessário.

O grupo de trabalho estabelecerá, em sua primeira reunião, definida para os dias 16 e 17 de junho, o cronograma e a data de encerramento dos seus trabalhos, que obedecerão ao prazo de 6 meses, podendo ser prorrogados por igual período. Enquanto a revisão não é realizada, continuarão válidos os valores orientadores nacionais para a classificação do material a ser dragado estabelecidos na Resolução nº 344 de 2004.

BR-319



BR-319

Quando, em 1973, o governo brasileiro implantou a BR-319, ligando Porto Velho-RO a Manaus-AM, sabia-se que o grande desafio da rodovia seria a harmonização do modal com a maior floresta tropical do mundo. Para gerar conforto, qualidade de vida e economia no transporte, a única ligação rodoviária entre as duas capitais atravessa considerável porção da floresta amazônica presente no estado do Amazonas. Nesse sentido, o atual empenho do Ministério dos Transportes em finalizar o asfaltamento da chamada rodovia da integração é delicada tarefa que tem sido assumida por este governo com responsabilidade.

Ao tratar o assunto de forma técnica e ambientalmente sustentável, o Ministério dos Transportes pretende finalizar a obra até 2014 com eficiência e comprometimento ambiental. Dos 877 quilômetros da rodovia, cerca de 470 já estão em fase de

obra. Resta o trecho entre os quilômetros 250 e 655,7, que está em processo de licenciamento ambiental. A BR-319 está sendo projetada como uma estrada ecológica, tendo como fundamentos proteção ambiental e ações articuladas entre entidades e órgãos públicos para o tratamento de questões de meio ambiente, desenvolvimento, regularização fundiária e infra-estrutura. Serão executados 21 programas ambientais, no intuito de diminuir possíveis interferências sobre a floresta em todas as fases do projeto (desde a implantação até a operação e manutenção da rodovia), com foco na melhoria da qualidade de vida das populações locais e na preservação do bioma amazônico.

Intenta-se implementar novo modelo de ocupação estatal na região amazônica. O objetivo principal é que seja evitada possível ocupação irregular no entorno da rodovia em decorrência do desenvolvimento e da integração proporcionados pelo modal. Para isso, pretende-se lançar mão de monitoramento da via feito pelo Exército Brasileiro e de ações que permitam a preservação dessa importante região do país. Foi formada, ademais, uma "barreira verde" de 28 unidades de conservação (de uso sustentável e de proteção integral) ao longo do traçado da BR-319 (11 unidades federais, 9 amazonenses e 8 rondonienses). A existência da fiscalização ao longo da via e nas UCs deve reduzir consideravelmen-

te o risco de formação de aglomerações urbanas desordenadas na área de abrangência da rodovia, garantindo que o modal seja instrumento de ligação entre cidades, sem comprometer o bioma amazônico.



A rodovia é importante via de acesso à região amazônica

A finalização da BR-319 é relevante para o desenvolvimento da região amazônica e do Brasil. Atualmente não há estradas totalmente pavimentadas que conectem Manaus às regiões Nordeste e Centro-Sul. Não há serviço regular de ônibus entre a capital amazonense, a sexta cidade mais rica da nação, e o resto do país. O acesso a Manaus tem de ser feito por via aérea ou aquaviária. O percurso fluvial entre Porto Velho e Manaus dura cerca de quatro dias. A completa pavimentação da rodovia apresentará acesso aos benefícios sociais da presença do Estado (como educação, saúde e segurança) para as cidades abrangidas, além de rota para o escoamento da produção de manufaturados da Zona Franca de Manaus e dos produtos agropecuários do Centro-Oeste.

Ministério dos Transportes
Secretaria Executiva
Comitê Permanente de Meio Ambiente

Contato:

tel: 2029-7890

E-mail:

meioambiente.se@transportes.gov.br



Ministério dos Transportes